

STN diz que endividamento diminuiu com Marconi

Larissa Bittar

DA EDITORIA DE POLÍTICA & JUSTIÇA

O deputado Daniel Goulart (PSDB) deu ontem novo passo em direção ao objetivo de desconstruir as acusações do governo estadual contra a gestão anterior. Ele apresentou, em sessão ordinária na Assembleia, requerimento pedindo a transcrição, nos Anais da Casa, da declaração do secretário do Tesouro Nacional, Arrio Hugo Augustin Filho, em que expõe avanços no equilíbrio financeiro do Estado e avalia como "positivos" os esforços dispensados para promover ajuste fiscal entre 1999 e 2006 (período que Goiás estava sob administração de Marconi Perillo-PSDB).

Mais do que esperar que o registro da avaliação nos Anais da Assembleia alcance os deputados que creditam a Marconi a enfermidade financeira herdada pelo governador Alcides Rodrigues (PP),

Goulart, por meio do requerimento, procura desautorizar as palavras do secretário estadual da Fazenda, Jorcelino Braga, e do próprio Alcides, que, constantemente, reafirmam que encontraram o Estado endividado. "Os números apontados pela STN mostram redução do endividamento no período em que Marconi foi governador", diz Goulart.

O parecer da STN diz que houve, de 1999 a 2006, "redução dos dois principais indicadores de endividamento do Estado (...) possibilitando que Goiás deixasse de ser o mais endividado entre os Estados da Federação e passasse praticamente para a 6ª posição. Os números demonstram claramente que foram bem-sucedidos os esforços do governo na opção pelo ajuste fiscal".

A redução do endividamento não significa sua extinção, o que respaldaria as declarações do atual governo. Em meio ao jogo de troca de acusações, a crise na base parece ter perdido fôlego esta semana.

EVOLUÇÃO FISCAL DO ESTADO DE GOIÁS NO PERÍODO 1999-2006

Desde 1999 o Estado de Goiás tem realizado um conjunto positivo de esforços visando manter uma trajetória de equilíbrio financeiro, realizar investimentos públicos e promover a manutenção da sustentabilidade fiscal.

Entre 1999 e 2006, no âmbito dos compromissos firmados com a União, em função do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal, o resultado primário do Estado cresceu de R\$ 29 milhões para R\$ 751 milhões. No mesmo período, a receita do Estado saltou de R\$ 3.700 milhões, em 1999, pela abrangência das fontes do tesouro estadual, para R\$ 7.129 milhões em 2006.

A consequência desse esforço fiscal pode ser traçada na redução dos dois principais indicadores de endividamento do Estado e na melhoria de sua posição relativa no ranking nacional. No primeiro indicador, a relação dívida financeira/receita líquida real passou de 3,92, em dezembro de 1998, para 2,49, em dezembro de 2006. Pelo segundo indicador, a relação dívida consolidada líquida/receita corrente líquida (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - LRF3), a evolução positiva do Estado foi ainda mais substancial: passou de 3,13, em 2000, ano de surgimento da estatística, para 1,82, em 2006, possibilitando que o Estado deixasse de ser o mais endividado entre todos os Estados da Federação e passasse praticamente para a 6ª posição. Em particular, essa melhoria do endividamento do Estado pelo indicador da LRF foi impulsionada pelo crescimento da receita corrente líquida, que cresceu de R\$ 2.672 milhões, em 2000, para R\$ 6.235 milhões, em 2006.

Estes números demonstram claramente que foram bem sucedidos os esforços do Governo do Estado de Goiás na opção pelo ajuste fiscal.

Arrio Hugo Augustin Filho
Secretário do Tesouro Nacional

Documento do STN apresentado pelo deputado Daniel Goulart

PESQUISA ECOPE/DIÁRIO DA MANHÃ

Marconi e Serra lideram em Goiás



O senador Marconi Perillo lidera disputa ao governo, diz pesquisa Ecope/DM no Estado. Prefeito Iris Rezende fica em segundo e Henrique Meirelles, em terceiro. O governador de São Paulo, José Serra (PSDB), lidera corrida à Presidência. Página 16

Atlético goleia. Vila vence fora

O Atlético precisou de 45 minutos para goleiar o América-RN (4 a 1), ontem, no Serra Dourada, com dois gols de Marcação (foto). Vila surpreende Portuguesa no Camindé-SP e vence (2 a 1), na "pre-estrela" de Arhurzinho. Página 10



Diário da Manhã

O JORNAL QUE O MUNDO VÊ E LÊ www.dm.com.br - www.dm.tv - www.dmbc.com.br

Opinião

Cartas dos leitores

leitor@jornalopopular.com

Crianças e adolescentes

O Estatuto da Criança e do Adolescente traz o contraponto entre o que deveria ser e como está a assistência social à juventude em Goiânia hoje. A lei fala em políticas públicas que assegurem a dignidade de crianças e adolescentes, mas basta circular pela cidade para ver como é grande o número de menores pedindo dinheiro ou cometendo pequenos furtos, como o de sitpass em pontos de ônibus no Centro da capital.

Em outros locais, cenas ainda mais chocantes: adolescentes e até mesmo crianças consumindo drogas. Isso é o reflexo imediato da falta de planejamento para a realização de um trabalho adequado de assistência à infância, que compete à administração municipal. Situação que se agravou desde o começo deste ano, com a extinção do contrato entre a Prefeitura e a Organização Não-Governamental Sociedade Cidadão 2000.

O fim do contrato é parte de medidas tomadas após reforma feita na administração municipal, a fim de conter gastos, e mostra como a atual gestão prefere dar prioridade a obras monumentais em detrimento ao desenvolvimento humano e social de nossos jovens. A Constituição Federal, no artigo 227, assegura que a infância e a juventude são prioridades absolutas.

Se consultar órgãos de proteção à criança ou mesmo o Ministério Público, a Prefeitura rompeu o contrato com a ONG e não cuidou de um plano de transição para que a Secretaria de Assistência Social

pudesse assumir o trabalho.

Com isso, faltam profissionais e alguns que foram contratados não têm qualificação adequada para o trabalho. Lidar com vidas, principal-



mente aquelas em formação e que estão vulneráveis a uma situação de risco, requer a atuação de um educador sensível e experiente, até mesmo para ensinar outros profissionais que futuramente vão fazer esse trabalho.

Tal descaso motivou o Ministério Público estadual a protocolar uma ação civil pública na Justiça com pedido de liminar contra o município. Com muita paciência, os promotores vêm acompanhando o trabalho da Secretaria Municipal de Assistência Social, que teve de assumir o papel desenvolvido, nos últimos 15 anos, pela Sociedade Cidadão 2000. A secretaria herdou o problema sem estrutura para arcar com mais essas atribuições.

DANIEL GOULART
Deputado estadual e
vice-presidente do PSDB
goiano





Fio Direto



IVAN MENDONÇA

▶ Crítico contumaz do governo do Estado, o tucano Daniel Goulart também aderiu ao *twitter*. Vale a pena conferir.

▶ O